



PCP

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

REQUERIMENTO Número /x (.ª)

PERGUNTA Número 2581 /x (4 .ª)

Expeça-se

Publique-se

4 / 6 2009

O Secretário da Mesa

Assunto: Pólos 1 e 2 das plataformas logísticas de Matosinhos

Destinatário: Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações

Ex.º Sr. Presidente da Assembleia da República

Das quatro perguntas feitas a esse Ministério na minha pergunta 1624/X(4ª), dirigida ao Governo em 18 de Março deste ano, o Ministério das Obras Públicas, em resposta datada de 27 de Maio – isto é, mais de dois meses depois – não esclarece a totalidade das questões colocadas. Razão pela qual, ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, se solicita ao Governo que, por intermédio do **Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações**, responda às seguintes questões.

1. Onde está divulgado e passível de consulta o processo relativo ao Pólo 2 da Plataforma Logística de Leixões para avaliação de impacto ambiental? Que debate público foi feito?
2. Tem esse Ministério a noção que os atrasos na definição da gestão de utilização do território onde o Pólo 2 da Plataforma Logística de Leixões se insere, estão a servir de justificação para não concluir a revisão do PDM de Matosinhos? E tem esse Ministério a noção que o PDM está em revisão há mais de dez anos?

Anexo: Pergunta 1624/X(4ª)

Palácio de São Bento, 4 de Junho de 2009

O Deputado:

(Honório Novo)



PCP

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

- REQUERIMENTO Número /x ()
.)
- PERGUNTA Número 1624 /x (4a)
.)

Expeça-se
Publique-se
18 / 03 / 09
G. Secretário da Mesa <i>McCarris</i>

Assunto: Plataformas Logísticas em Matosinhos

Destinatário: Ministério das Obras Públicas Transportes e Comunicações

Ex.º Sr. Presidente da Assembleia da República

Continuam a decorrer as obras de construção das plataformas logísticas em Matosinhos. Sem prejuízo da necessidade de obter informação mais pormenorizada sobre o evoluir da construção destas infra-estruturas bem relevantes para o futuro desenvolvimento desta região, importa conhecer quais são, em pormenor, as consequências da respectiva inserção no território onde se vão situar. Se ia, por exemplo, muito importante conhecer se já estão totalmente definidas e perfeitamente estabilizadas todas as diferentes vias de acesso a estas plataformas logísticas, seja quanto à sua natureza, ao seu perfil e à sua inserção e ligação ao território envolvente.

A verdade é que, desde 1998 – isto é, há pelo menos mais de dez anos – se iniciou um processo de revisão do Plano Director Municipal de Matosinhos (PDMM), tendo sido recentemente afirmado por responsáveis municipais que este processo não podia ser concluído por razões imputáveis a diversas instituições terceiras, designadamente as relativas a indefinições envolvendo a instalação das plataformas logísticas. Estaria nesta situação tudo o que respeita à indefinição de localização definitiva dos diversos canais de acesso às plataformas, nomeadamente quanto à respectiva e exacta implantação, à dimensão do respectivo perfil e à sua inserção na rede geral de acessibilidades.

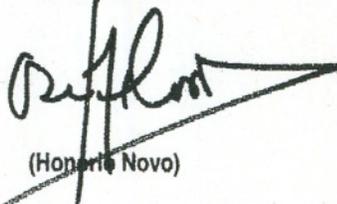
A existirem tais indefinições esta é uma questão naturalmente relevante para a gestão territorial do Concelho e, do atraso na respectiva resolução, podem resultar prejuízos significativos que tem que ser evitados a todo o custo. Por isso, e tendo em conta as disposições regimentais e constitucionais aplicáveis, solicito ao Governo que, por intermédio do **Ministério das Obras Públicas Transportes e Comunicações** sejam dadas com urgências as respostas às seguintes perguntas:



1. Quando é que o Governo prevê a conclusão e entrada em funcionamento das plataformas logísticas em instalações no Concelho de Matosinhos?
2. Confirma-se que não estão ainda definidas a totalidade das vias de acesso rodoviário às referidas instalações, bem como a respectiva inserção na rede viária pré existente? Neste caso o que falta definir (traçado, canal, perfil, inserção)? O que tem motivado tão grande e inexplicável atraso? Quando é que o Ministério estima que esta definição estará totalmente estabilizada?
3. E quanto às eventuais acessibilidades ferroviárias, o que se passa? Para qual de uma definição completa de canais e traçados?
4. Face à eventual existência de atrasos na definição completa destes acessos rodo-ferroviários, tem esse Ministério a noção dos prejuízos muito significativos que podem eventualmente provocar na gestão do território do município onde as plataformas se inserem? E tem também a noção que tais atrasos podem também estar a ser invocados para justificar atrasos na conclusão da revisão de um PDM que assim está há mais de dez anos?

Palácio de São Bento, 17 de Março de 2009.

O Deputado:



(Honório Novo)